

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

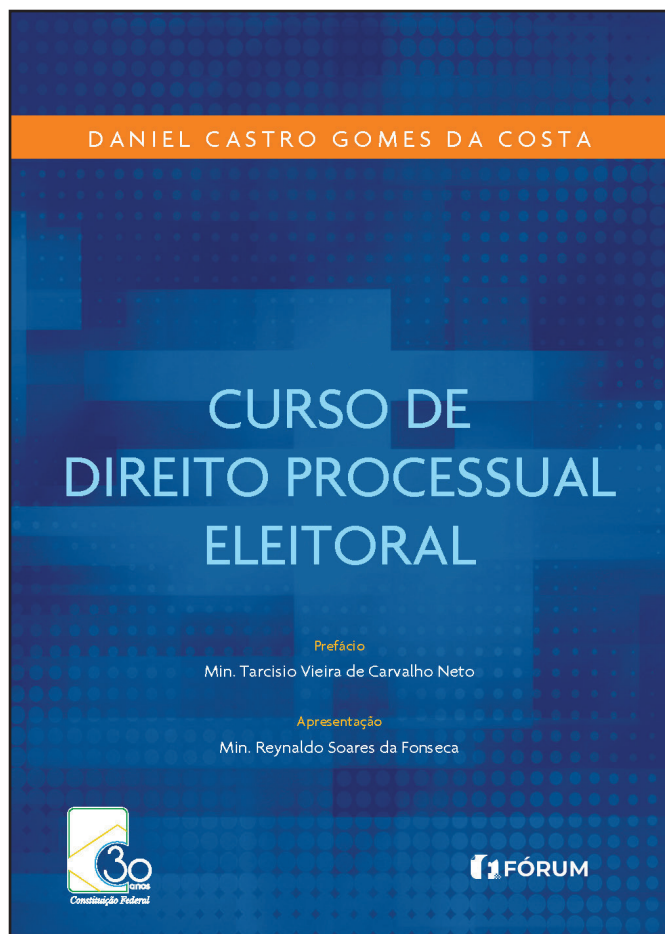
CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

Prefácio

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

Apresentação

Reynaldo Soares da Fonseca



O *Curso de Direito Processual Eleitoral* cerra fileiras com o elogiável compromisso de bem-intencionados doutrinadores com a colmatação de lacunas normativas, ontológicas e axiológicas do próprio Direito Eleitoral. A matéria processual eleitoral, em especial, é ainda mais sequiosa de sistematização científica maior e mais verticalizada. E a obra ora disponibilizada à comunidade jurídica especializada em Direito Eleitoral comunga esforços notáveis para reversão deste quadro por vezes desesperador.

Estão à disposição do atento pesquisador: (i) farta indicação jurisprudencial, no corpo do texto e em destaque, inclusive com as chamadas visuais “delimitando o tema” e “para sedimentar”; (ii) bibliografia coerente e bem recortada; (iii) os novos (71) enunciados da Súmula do Tribunal Superior Eleitoral e os (3) verbetes sumulares do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria eleitoral, especialmente no momento em que o CPC/2015 dá enorme destaque à força normativa da jurisprudência; (iv) Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral; e (v) Resoluções do TSE para o pleito de 2018.

(Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto)

Área específica

Direito Eleitoral

Áreas afins

Direito Eleitoral. Direito processual. Ações
Eleitorais. Recursos Eleitorais

Público-alvo/consumidores

Operadores do Direito Eleitoral (magistrados,
membros do MP e advogados)

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001457

C887c	Costa, Daniel Castro Gomes da
	Curso de Direito Processual Eleitoral / Daniel Castro Gomes da Costa. Belo Horizonte : Fórum, 2018. 693p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-85-450-0544-5
	1. Direito. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito Processual. 4. Ações Eleitorais. 5. Recursos Eleitorais. I. Título.
2018-718	CDD 324.63 CDU 342.8

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Curso de Direito Processual Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 693p. ISBN 978-85-450-0544-5.

Daniel Castro Gomes da Costa

Advogado militante em Brasília (DF) e Campo Grande (MS). Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal), atualmente realizando estudos de pós-doutoramento na Universidade de Coimbra (Portugal). Diretor da Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Conselheiro do Conselho Consultivo da Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral. Professor de Direito Eleitoral em várias instituições. Autor de diversas obras e artigos jurídicos em direito público (eleitoral, tributário e administrativo).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto 21

APRESENTAÇÃO

Reynaldo Soares da Fonseca..... 25

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL..... 29

1.1	Direitos políticos.....	29
1.2	Direito Eleitoral	31
1.2.1	Conceitos, fundamentos e importância.....	31
1.2.2	Fontes do direito eleitoral	33
1.2.2.1	Fontes materiais.....	34
1.2.2.2	Fontes formais.....	34
1.3	Modelos de organização eleitoral	36
1.4	Direito processual eleitoral	41

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL..... 45

2.1	Conceito	45
2.2	Princípio Democrático	47
2.3	Princípio da Representatividade.....	52

2.4	Estado Democrático de Direito	57
2.5	Princípio da Soberania Popular	63
2.6	Princípio Republicano	66
2.7	Princípio Federativo.....	68
2.8	Sufrágio Universal.....	70
2.9	Princípio da Legitimidade	78
2.10	Princípio da Moralidade	80
2.11	Princípio da Probidade.....	84
2.12	Princípios processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral	88
2.12.1	Princípio do Devido Processo Legal.....	88
2.12.2	Princípio do Contraditório.....	91
2.12.3	Princípio da Ampla Defesa	93
2.12.4	Princípio da Igualdade	95
2.12.5	Princípio do Juiz Natural	102
2.12.6	Princípio da Vedação à Prova Ilícita.....	104
2.12.7	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	110
2.12.8	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	112
2.12.9	Preclusão Instantânea	114
2.12.10	Irrecorribilidade das decisões de Tribunal Superior Eleitoral.....	117

CAPÍTULO 3

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....	121
3.1 Sistema eleitoral majoritário.....	122
3.2 Sistema eleitoral proporcional.....	123
3.3 Sistema eleitoral - Eleições 2018	125

CAPÍTULO 4

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	127
4.1 Competência legislativa	127
4.2 Constituição Federal	127
4.3 Código Eleitoral.....	130
4.4 Lei das Eleições - Lei nº 9.504 de 1997.....	131
4.5 Lei dos Partidos Políticos - Lei nº 9.096 de 1995	132
4.6 Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar nº 64 de 1990	133

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	135
5.1 Juntas Eleitorais	136
5.2 Juízes eleitorais	137
5.3 Tribunais Regionais Eleitorais.....	138
5.3.1 Composição	138
5.3.2 Competência	139
5.3.2.1 Competência jurisdicional	140
5.3.2.2 Competência administrativa.....	141
5.4 Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	142
5.4.1 Composição.....	142
5.4.2 Competência	144
5.4.2.1 Competência jurisdicional	144
5.4.2.1.2 Competência administrativa.....	145
5.4.2.1.3 Competência normativa	146
5.5 Organograma da Justiça Eleitoral Brasileira	148
5.6 Ministério Público Eleitoral	149
5.6.1 Noções introdutórias	149
5.6.2 Procurador-Geral Eleitoral.....	152
5.6.3 Procuradores Regionais Eleitorais	152
5.6.4 Promotores eleitorais	153

CAPÍTULO 6

AÇÕES ELEITORAIS	155
6.1 Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	157
6.1.1 Conceito	157
6.1.2 Fundamentação legal.....	160
6.1.3 Natureza jurídica.....	161
6.1.4 Legitimidade	164

a	Ativa	164
b	Passiva.....	165
6.1.5	Prazo.....	167
6.1.6	Competência	169
6.1.7	Rito processual.....	169
6.1.8	Efeitos.....	171
6.1.9	Recursos.....	171
6.1.10	Resumindo	172
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	172
6.2.1	Conceito	172
6.2.2	Fundamentação legal.....	174
6.2.3	Natureza da AIME	174
6.2.4	Legitimidade.....	174
a	Ativa	174
b	Passiva.....	178
6.2.5	Prazo.....	179
6.2.6	Competência	180
6.2.7	Rito processual.....	180
6.2.8	Efeitos.....	183
6.2.9	Recursos.....	185
6.2.10	Resumindo	186
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	186
6.3.1	Conceito	186
6.3.2	Fundamentação legal.....	187
6.3.3	Natureza jurídica.....	189
6.3.4	Legitimidade.....	190
a	Ativa	190
b	Passiva.....	193
6.3.5	Prazo.....	193
6.3.6	Competência	194
6.3.7	Rito processual.....	194
6.3.8	Efeitos.....	195
6.3.9	Recursos.....	195
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	195
6.3.11	Resumindo	204
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	204
6.4.1	Conceito	204
6.4.2	Fundamentação legal.....	206
6.4.3	Natureza Jurídica	207
6.4.4	Legitimidade	207
a	Ativa	207
b	Passiva.....	209
6.4.5	Prazo.....	210
6.4.6	Competência	211
6.4.7	Rito processual.....	212
6.4.8	Efeitos.....	214
6.4.9	Recursos.....	214
6.4.10	Resumindo	215
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI).....	216
6.5.1	Conceito	216
6.5.2	Fundamentação legal.....	223
6.5.3	Natureza jurídica.....	224
6.5.4	Legitimidade	225
a	Ativa	225
b	Passiva.....	227
6.5.5	Prazo.....	227
6.5.6	Competência	228
6.5.7	Rito processual.....	228
6.5.8	Efeitos.....	229
6.5.9	Recursos.....	231
6.5.10	Resumindo	232
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI).....	232
6.6.1	Conceito	232
6.6.2	Fundamentação legal.....	233
6.6.3	Natureza jurídica.....	233
6.6.4	Legitimidade	234
a	Ativa	234
b	Passiva.....	235
6.6.5	Prazo.....	235
6.6.6	Competência	237

6.6.7	Rito processual.....	237
6.6.8	Efeitos.....	239
6.6.9	Recursos.....	241
6.6.10	Resumindo	242
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS).....	242
6.7.1	Conceito	242
6.7.2	Fundamentação legal.....	243
6.7.3	Natureza jurídica.....	249
6.7.4	Legitimidade.....	249
a	Ativa	249
b	Passiva.....	250
6.7.5	Prazo.....	252
6.7.6	Competência	252
6.7.7	Rito processual.....	254
6.7.8	Efeitos.....	255
6.7.9	Recursos.....	257
6.7.10	Resumindo	258
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV).....	258
6.8.1	Conceito	258
6.8.2	Fundamentação legal.....	260
6.8.3	Natureza jurídica.....	271
6.8.4	Legitimidade.....	271
a	Ativa	271
b	Passiva.....	271
6.8.5	Prazo.....	272
6.8.6	Competência	272
6.8.7	Rito Processual.....	273
6.8.8	Efeitos.....	273
6.8.9	Recursos.....	277
6.8.10	Resumindo	277
6.9	Ação rescisória eleitoral.....	278
6.9.1	Conceito	278
6.9.2	Fundamentação legal.....	279
6.9.3	Natureza jurídica.....	281
6.9.4	Legitimidade.....	283
a	Ativa	283
b	Passiva.....	284
6.9.5	Prazo.....	284
6.9.6	Competência	285
6.9.7	Rito processual.....	285
6.9.8	Efeitos.....	287
6.9.9	Recursos.....	287
6.9.10	Resumindo	288
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL).....	288
6.10.1	Conceito	288
6.10.2	Fundamentação legal.....	289
6.10.3	Natureza jurídica.....	290
6.10.4	Legitimidade.....	290
a	Ativa	290
b	Passiva.....	291
6.10.5	Prazos.....	291
6.10.6	Competência	294
6.10.7	Rito processual.....	295
6.10.8	Efeitos	296
6.10.9	Recursos.....	301
6.10.10	Resumindo	302
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular.....	302
6.11.1	Conceito	302
6.11.2	Fundamentação legal.....	306
6.11.3	Natureza jurídica.....	307
6.11.4	Legitimidade.....	307
a	Ativa	307
b	Passiva.....	307
6.11.5	Prazos.....	308
6.11.6	Competência	310
6.11.7	Rito processual.....	310
6.11.8	Efeitos	310
6.11.9	Recursos.....	310
6.11.10	Resumindo	312
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP)	312

6.12.1	Conceito	312
6.12.2	Fundamentação legal	313
6.12.3	Natureza Jurídica	313
6.12.4	Legitimidade	314
a	Ativa	314
b	Passiva.....	315
6.12.5	Prazos.....	316
6.12.6	Competência	318
6.12.7	Rito processual.....	318
6.12.8	Efeitos	321
6.12.9	Recursos.....	321
6.12.10	Resumindo	322
6.13	Consulta.....	322
6.13.1	Conceito	322
6.13.2	Fundamentação legal.....	323
6.13.3	Natureza jurídica.....	324
6.13.4	Legitimidade	324
a	Ativa	324
b	Passiva.....	328
6.13.5	Prazo.....	328
6.13.6	Competência	328
6.13.7	Rito processual.....	329
6.13.8	Efeitos e recursos	332
6.13.9	Resumindo	333
6.14	Prestação de contas de campanha eleitoral	333
6.14.1	Conceito	333
6.14.2	Fundamentação legal.....	336
6.14.3	Natureza Jurídica	336
6.14.4	Legitimidade	337
a	Ativa	337
b	Passiva.....	341
6.14.5	Prazo.....	341
6.14.6	Competência	345
6.14.7	Rito processual.....	345
	Prestação de contas comum.....	345
	Prestação de contas simples	356
6.14.8	Efeitos	360
6.14.9	Recursos.....	362
6.14.10	Resumindo	363

CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....		365
7.1	<i>Habeas Data</i>	365
7.1.1	Conceito	365
7.1.2	Fundamentação legal.....	366
7.1.3	Natureza jurídica.....	367
7.1.4	Legitimidade	367
a	Ativa	367
b	Passiva.....	367
7.1.5	Prazo.....	367
7.1.6	Competência	368
7.1.7	Rito processual.....	369
7.1.8	Efeitos.....	370
7.1.9	Recursos.....	371
7.1.10	Resumindo	371
7.2	Mandado de Injunção	372
7.2.1	Conceito	372
7.2.2	Fundamentação legal.....	372
7.2.3	Natureza jurídica.....	373
7.2.4	Prazo.....	373
7.2.5	Competência	373
7.2.6	Legitimidade	374
a	Ativa	374
b	Passiva.....	374
7.2.7	Rito processual.....	374
7.2.8	Efeitos.....	375
7.2.9	Recursos.....	376
7.2.10	Resumindo	377

7.3	Mandado de Segurança no direito eleitoral	377
7.3.1	Conceito	377
7.3.2	Fundamentação legal	379
7.3.3	Natureza jurídica	380
7.3.4	Legitimidade	382
a	Ativa	382
b	Passiva	386
7.3.5	Prazo	386
7.3.6	Competência	386
7.3.7	Rito processual	387
7.3.8	Efeitos	388
7.3.9	Recursos	388
7.3.10	Resumindo	389

CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....		391
8.1	Considerações iniciais.....	391
8.2	Embargos de Declaração.....	392
8.2.1	Conceito.....	392
8.2.2	Fundamentação Legal.....	393
8.2.3	Natureza jurídica.....	396
8.2.4	Legitimidade.....	396
a	Ativa.....	396
b	Passiva.....	397
8.2.5	Prazo.....	397
8.2.6	Competência.....	399
8.2.7	Rito processual.....	399
8.2.8	Efeitos.....	401
8.2.9	Recursos.....	403
8.2.10	Resumindo.....	403
8.3	Agravo Interno.....	403
8.3.1	Conceito.....	403
8.3.2	Fundamentação legal.....	404
8.3.3	Natureza jurídica.....	404
8.3.4	Legitimidade.....	404
a	Ativa.....	404
b	Passiva.....	405
8.3.5	Prazo.....	405
8.3.6	Competência.....	406
8.3.7	Rito processual.....	406
8.3.8	Efeitos.....	408
8.3.9	Recursos.....	408
8.3.10	Resumindo.....	408
8.4	Agravo de Instrumento.....	409
8.4.1	Conceito.....	409
8.4.2	Fundamentação legal.....	409
8.4.3	Natureza Jurídica.....	412
8.4.4	Legitimidade.....	412
a	Ativa.....	412
b	Passiva.....	412
8.4.5	Prazo.....	413
8.4.6	Competência.....	413
8.4.7	Rito processual.....	413
8.4.8	Efeitos.....	414
8.4.9	Recursos.....	414
8.4.10	Resumindo.....	415
8.5	Recurso Ordinário.....	415
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	416
8.5.1.1	Conceito.....	416
8.5.1.2	Fundamentação legal.....	416
8.5.1.3	Natureza.....	418
8.5.1.4	Legitimidade.....	418
a	Ativa.....	418
b	Passiva.....	418
8.5.1.5	Prazo.....	418
8.5.1.6	Competência.....	419
8.5.1.7	Rito processual.....	419
8.5.1.8	Efeitos.....	420

8.5.1.9	Resumindo	420
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral	421
8.5.2.1	Conceito	421
8.5.2.2	Fundamentação legal	421
8.5.2.3	Natureza Jurídica	423
8.5.2.4	Legitimidade	423
a	Ativa	423
b	Passiva	423
8.5.2.5	Prazo	424
8.5.2.6	Competência	424
8.5.2.7	Rito processual	424
8.5.2.8	Efeitos	425
8.5.2.9	Recursos	425
8.5.2.10	Resumindo	426
8.6	Recurso Especial	426
8.6.1	Conceito	426
8.6.2	Fundamentação legal	427
8.6.3	Natureza jurídica	429
8.6.4	Legitimidade	429
a	Ativa	429
b	Passiva	430
8.6.5	Prazo	431
8.6.6	Competência	432
8.6.7	Rito processual	432
8.6.8	Efeitos	435
8.6.9	Recursos	436
8.6.10	Resumindo	437
8.7	Recurso Extraordinário	437
8.7.1	Conceito	437
8.7.2	Fundamentação Legal	438
8.7.3	Natureza jurídica	441
8.7.4	Legitimidade	441
a	Ativa	441
b	Passiva	441
8.7.5	Prazo	441
8.7.6	Competência	442
8.7.7	Rito processual	442
8.7.8	Efeitos	446
8.7.9	Recursos	446
8.7.10	Resumindo	447
8.8	Reclamação	447
8.8.1	Conceito	447
8.8.2	Fundamentação legal	448
8.8.3	Natureza jurídica	449
8.8.4	Legitimidade	450
a	Ativa	450
b	Passiva	450
8.8.5	Prazo	450
8.8.6	Competência	450
8.8.7	Rito processual e peculiaridades	452
8.8.8	Resumindo	453
8.9	Recursos inominados eleitorais	453
8.9.1	Conceito	453
8.9.2	Fundamentação legal	453
8.9.3	Natureza jurídica	455
8.9.4	Legitimidade	455
a	Ativa	455
b	Passiva	456
8.9.5	Prazo	456
8.9.6	Competência	458
8.9.7	Rito processual	459
8.9.8	Efeitos	460
8.9.9	Recursos	460
8.9.10	Resumindo	461

CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS	463
9.1 Considerações iniciais	463

9.2	Recurso em Sentido Estrito	470
9.2.1	Conceito	470
9.2.2	Fundamentação legal	470
9.2.3	Natureza jurídica	472
9.2.4	Legitimidade	472
a	Ativa	472
b	Passiva	472
9.2.5	Prazo	472
9.2.6	Competência	473
9.2.7	Rito processual	473
9.2.8	Efeitos	473
9.2.9	Recursos	473
9.2.10	Resumindo	474
9.3	<i>Habeas Corpus</i>	474
9.3.1	Conceito	474
9.3.2	Fundamentação legal	474
9.3.3	Natureza jurídica	477
9.3.4	Legitimidade	477
a	Ativa	477
b	Passiva	478
9.3.5	Prazo	478
9.3.6	Competência	478
9.3.7	Rito Processual	479
9.3.8	Efeitos	481
9.3.9	Recursos	481
9.3.10	Resumindo	482
9.4	Revisão Criminal Eleitoral	483
9.4.1	Conceito	483
9.4.2	Fundamentação legal	483
9.4.3	Natureza jurídica	484
9.4.4	Legitimidade	484
a	Ativa	484
b	Passiva	485
9.4.5	Prazo	485
9.4.6	Competência	485
9.4.7	Rito processual	485
9.4.8	Efeitos	485
9.4.9	Resumindo	486
REFERÊNCIAS		487
ANEXOS		493
ANEXO 01		
SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL		495
ANEXO 02		
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA ELEITORAL		499
ANEXO 03		
REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL		501
ANEXO 04		
RESOLUÇÕES DO TSE PARA AS ELEIÇÕES DE 2018		521
Resolução nº 23.478 de 10 de maio de 2016		521
Resolução nº 23.521 de 1º de março de 2018		525
Resolução nº 23.547 de 18 de dezembro de 2017		533
Resolução nº 23.548 de 18 de dezembro de 2017		545
Resolução nº 23.549 de 18 de dezembro de 2017		561
Resolução nº 23.550 de 18 de dezembro de 2017		567
Resolução nº 23.551 de 18 de dezembro de 2017		581
Resolução nº 23.552 de 18 de dezembro de 2017		611
Resolução nº 23.553 de 18 de dezembro de 2017		615
Resolução nº 23.555 de 18 de dezembro de 2017		653
CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2018		653
Resolução nº 23.556 de 18 de dezembro de 2017		683